



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570450 - MA (2020/0079294-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
IDELVALTER NUNES DA SILVA - MA004783
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : ALESON CARLOS SANTOS DOS PASSOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Aleson Carlos Santos dos Passos** – condenado, como incurso no crime de tráfico de drogas, às penas de 6 anos de reclusão, no regime inicial fechado, e 600 dias-multa –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Maranhão, que apesar de já ter julgado a apelação defensiva, não procedeu à expedição da guia de execução requerida pela defesa nem apreciou o pedido de prisão domiciliar, fundamentado na Recomendação n. 62 do Conselho Nacional de Justiça.

Alega a impetrante, em síntese, constrangimento ilegal, pois, além de não ser *tolerável o decurso de mais de 3 meses para simples emissão da guia de execução penal* (fl. 5), *o requerente está inserido no grupo de risco sujeito a pandemia do Covid-19, conforme levantamento feito pela SEAP/MA, haja vista que é tuberculoso, portando, pois, uma doença crônica, que o torna mais vulnerável ao vírus* (fl. 7).

Postula, então, a concessão liminar da ordem para que seja revogada a prisão preventiva imposta ou substituída por medidas alternativas à prisão ou, ainda, por prisão domiciliar.

É o relatório.

Primeiramente, é importante ressaltar que o paciente não é preso provisório, pois, conforme consta da própria impetração, há demora na expedição da guia de execução decorrente do trânsito em julgado (fl. 65). Também, no caso, foi aplicada pena privativa de liberdade a ser cumprida em regime fechado.

Assim, verifico constrangimento ilegal apenas na demora em se expedir a guia de execução solicitada pela defesa, bem como em se analisar o pedido formulado com base na Recomendação n. 62 do Conselho Nacional de Justiça.

Em face do exposto, **defiro** o pedido liminar para determinar que o Tribunal de origem proceda à imediata baixa dos autos ao Juízo de primeiro grau, a fim de que seja expedida a guia de execução requerida pela defesa, bem como prontamente analisado o pedido de prisão domiciliar.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, que deverá informar sobre o cumprimento da liminar deferida.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator